

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DE TEMAS RELATIVOS A POLÍTICAS AFIRMATIVAS EM CURSOS SUPERIORES DE CIÊNCIAS EXATAS

ALINSON AMARILDO DOS SANTOS¹, EDUARDO CÉSAR CATANOZI²

¹ Graduando em Engenharia Civil, Bolsista PIBIFSP, IFSP, Câmpus Votuporanga, alinsonsantos@hotmail.com

² Professor do curso de Engenharia Civil, IFSP, Câmpus Votuporanga, eduardocatanози@ifsp.edu.br

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.03.03-0 Educação (Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais)

Apresentado no

10º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP
27 e 28 de novembro de 2019- Sorocaba-SP, Brasil

RESUMO: A pesquisa ocupa-se da avaliação e análise da aplicação das leis que determinam que instituições de ensino superior contemplem, em seu currículo, a Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; e Educação em Direitos Humanos. Observa a articulação entre a legislação e o Instrumento de Avaliação de Cursos Superiores do INEP, bem como a inserção desse tipo de conteúdo em questões da prova do ENADE. Ademais, dedica-se à verificação, por meio de questionários de opinião, da percepção de alunos da área de ciências exatas sobre a importância dos estudos de questões atinentes à preservação do meio ambiente e do combate às desigualdades socioculturais em sua formação acadêmica. Espera-se, com o trabalho, valorizar e divulgar práticas exitosas e verificar possíveis entraves a serem vencidos na aplicação da legislação, a fim de que se minimizem desigualdades e se promova a diversidade étnico-racial, a pluralidade sociocultural e o respeito ao meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: educação; legislação; instrumentos de avaliação; diversidade; impactos.

EVALUATION OF THE APPLICATION OF ISSUES RELATED TO AFFIRMATIVE POLICIES IN HIGHER COURSES OF EXACT SCIENCES

ABSTRACT: The research deals with the evaluation and analysis of the application of the laws that dictate that higher education institutions include in your resume, the education of racial-ethnic relations and Afro-Brazilian history and culture and indigenous; Environmental Education; and Human rights education. Notes the relationship between the legislation and the assessment instrument of the INEP upper courses, as well as the insertion of that content type in questions of the ENADE proof issues. Furthermore, is dedicated to the verification, through opinion questionnaires, perception of exact sciences area students about the importance of the studies of issues relating to preservation of the environment and the fight against social and cultural inequalities in your academic training. Hopefully, with the research, enhance and divulgate successful practices and verify potential barriers to be overcome in the application of legislation, in order to minimise inequalities and promote ethnic and racial diversity, the cultural plurality and the respect for the environment.

KEYWORDS: education; legislation; evaluation tools; diversity; impacts.

INTRODUÇÃO

De acordo com Gomes (2012, p. 99), “O debate sobre a diversidade epistemológica do mundo encontra maior espaço nas ciências humanas e sociais”, motivo pelo qual, talvez, estudantes de cursos da área das Ciências Exatas tenham maior dificuldade em valorizar esse tipo de estudo.

A inserção, de maneira transversal, nas matrizes curriculares, de conteúdos que se preocupam com a educação étnico-racial, direitos humanos e educação ambiental, ainda que não resolvam problemas de diversidade e desigualdades sociais, pelo menos, direciona luzes para esses dilemas.

Contudo, a inserção, pelas universidades, desses conteúdos em seus PPCs (Projetos Pedagógicos de Cursos) e nos Projetos de Ensino das disciplinas não significa que alunos, de fato, percebam o impacto em sua formação como futuros profissionais. Os estudantes, sobretudo os da área de exatas, legitimam e valorizam estes conteúdos? Qual o efeito percebido em sua formação?

Consoante Verrangia e Silva (2010, p. 716), “Essa formação deve contemplar a construção de relações sociais positivas e o engajamento em lutas por eliminação de quaisquer formas de desigualdade social e de discriminação”.

Destarte, como futuros profissionais, o aluno da área de Exatas deve estar preparado para contribuir com a diminuição das desigualdades socioculturais e históricas, motivo pelo qual discussões durante sua formação acadêmica se fazem necessárias. Mais do que o ensino de conteúdos teóricos e práticos para o exercício da profissão, é necessário que os cursos dediquem momentos, em suas matrizes curriculares, para discussão de aspectos sociais, culturais e ambientais, os quais poderão promover uma atuação mais efetiva e consciente do futuro profissional para a construção de uma sociedade plural e democrática.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foram necessárias leituras e fichamentos de livros e artigos sobre direitos humanos, questões ambientais e educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena, aplicados à educação superior.

Também foi realizada a leitura e análise das questões (discursivas e objetivas) referentes à parte de formação geral das três últimas provas do Enade aplicadas nos anos de 2018, 2017 e 2016; bem como as portarias das diretrizes de Formação Geral sobre os temas referenciais para a elaboração desta parte do Exame nestes anos em estudo, além da portaria referente à prova do ano de 2019. A partir disso foi possível identificar se as leis que determinam a abordagem dos temas explorados nesta pesquisa estão sendo abordadas nas questões do Enade, o que permite verificar quais temas vêm tendo maior enfoque ao longo dos anos.

Outra análise realizada foi o comparativo entre o perfil do egresso apresentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e pelos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), bem como as competências e habilidades apresentadas pelas DCNs e pelos PPCs para cada curso superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Votuporanga.

Além disso, foi elaborado um questionário de opinião aos alunos de cursos superiores da área de exatas a fim de mensurar e avaliar a percepção deles, ao longo de sua formação acadêmica, sobre o desenvolvimento e abordagem dos conteúdos em foco nesta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo das portarias das diretrizes de Formação Geral sobre os temas referenciais para a elaboração da prova do ENADE evidenciou que, em todos os anos, os temas em análise na presente pesquisa estavam previstos para a elaboração do componente de Formação Geral.

Por meio da compilação e análise dos itens das provas de 2016, 2017 e 2018, constatou-se que 60% (sessenta por cento) das questões de conhecimentos gerais abordaram temas estudados neste trabalho. Esse é um dado expressivo, demonstrando a importância de esses assuntos serem discutidos e colocados em prática de forma exitosa dentro e fora das salas de aulas nas instituições de ensino para que os alunos estejam aptos, prática e teoricamente, não só para o sucesso na realização do Enade, bem como para uma atuação profissional mais justa, igualitária, plural, democrática e cidadã.

Assuntos relacionados aos movimentos migratórios, bem como suas consequências dentro da sociedade, foram abordados de formas pontuais e expressivas nos três anos de análise das provas do Enade.

Após o estudo da portaria referente à elaboração do conteúdo de Formação Geral para a prova do Enade de 2019, observou-se a exclusão da abordagem de temas como solidariedade/violência, tolerância/intolerância, inclusão/exclusão, sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais.

Essa exclusão pode representar um impacto negativo, visto que são assuntos de extrema importância social, cultural e histórica, presentes na formação de qualquer cidadão, devendo estar em constante debate dentro e fora das salas de aula.

Na comparação entre os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) existentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Votuporanga e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) constatou-se que os PPCs estão em consonância com suas respectivas DCNs, visto que estas são seus documentos regulamentadores e base de suas elaborações.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Por meio de todos os dados levantados e analisados até o momento, conclui-se que as leis regulamentadoras vêm sendo aplicadas de forma efetiva no que diz respeito à formulação e abordagem dos temas, aqui em análise, nas provas do ENADE.

Conclui-se também que os PPCs seguem suas respectivas DCNs, sendo assim um fator de grande relevância para a análise e reconhecimento do curso perante as avaliações de reconhecimento pelo Ministério da Educação.

Espera-se ainda, com a aplicação do questionário de opinião, observar a percepção de alunos da área de ciências exatas sobre a importância e real abordagem dos estudos de questões atinentes à preservação do meio ambiente e do combate às desigualdades socioculturais em sua formação acadêmica. Também se encontra em fase de levantamento as práticas exitosas da instituição aplicadas para minimizar desigualdades e promover a diversidade étnico-racial, a pluralidade sociocultural e o respeito ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 e parecer cne/cp nº 8, DE 06/03/2012. Educação em Direitos Humanos: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. Educação Ambiental. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 28 out. 2018.

Gomes, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org 98>. Acesso em: 27 out. 2018.

INEP/MEC – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Brasília-DF, out. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

VERRANGIA, Douglas; PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.